

# Sem quórum, Comissão só decide adiar votações

## Constituintes têm as férias antecipadas

Marco Antonio Maurício



A única decisão tomada em votação simbólica pela Comissão de Sistematização ontem, pela manhã, foi a suspensão da sessão

marcada para amanhã (feriado), transferida para a próxima quinta-feira (15), no horário das 09h00 às 13h00. Durante três horas de votação, a Sistematização só conseguiu manter o texto do relator para o inciso XIII do artigo 6º, — que passará a ser o 7º — que prevê a obrigatoriedade do repouso semanal remunerado aos trabalhadores. Por não atingirem a maioria absoluta dos votos — 47 — diversos destaques ficaram prejudicados e a sessão foi encerrada com meia hora de antecedência, por falta de quorum para resolução de matéria constitucional.

O requerimento pedindo a transferência da sessão de amanhã para quinta-feira foi enviado à mesa da Comissão de Sistematização e subscrito por diversas lideranças, entre as quais os deputados Luis Inácio "Lula" da Silva (PT), José Lorenço (PFL), Haroldo Lima (PC do B), José Maria Eymael (PDC), Brandão Monteiro (PDT), Augusto Carvalho (PCB), Euclides Scalco (PMDB), Virgílio Távora (PDS) e Adolfo Oliveira (PL). O presidente em exercício da Mesa, senador Jarbas Passarinho, ressaltou que não existe voto de liderança, e decidiu levar a matéria à apreciação do plenário.

O primeiro destaque a ser analisado ontem pela Sistematização, de autoria do deputado Francisco Kuster (PMDB-SC) e defendida pelo petista Paulo Paim foi uma emenda supressiva para o texto do inciso XIII do 7º artigo, dos direitos sociais: "Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local". Por 39 votos contra 35 a emenda foi prejudicada e o texto do relator Bernardo Cabral, mantido.

O processo de votação foi reiniciado com uma comunicação da Mesa sobre a fixação, pelo presidente da Constituinte, do prazo final de seis dias para que a empresa responsável pela instalação e reformas do painel eletrônico entregue os serviços, para a agilização do processo de votação nominal pelos constituintes.

### Supressão

Uma emenda supressiva, de autoria do deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ), para o inciso XVI do 7º artigo foi rejeitado por 54 votos contra 14. Pelo esvaziamento da sessão, diversos destaques ficaram prejudicados. Mas, como não obtiveram a maioria de 47 votos para apreciação, serão novamente votados pela Sistematização na sessão de terça-feira. Emenda substitutiva, de autoria do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), pretende trocar a expressão "serviço extraordinário, com remuneração superior ao normal, conforme convenção", para "proibição de serviços extraordinário, salvo os casos de força maior, com remuneração em dobro".

## Cartaz acusa mineiros de golpismo

"Constituinte. Faça um seguro-antigo votando pela divisão de Minas Gerais". Essa exortação consta de um cartaz que está provocando grande irritação entre constituinte mineiros e que na última sexta-feira começou a ser retirado de alguns gabinetes da Câmara, onde foi amplamente difundido.

Mais do que uma exortação, o cartaz contém um libelo contra a influência política de Minas na vida nacional: "Na defesa do espaço de Minas Gerais na política nacional, nos últimos 60 anos MG planejou, organizou e financiou três golpes de Estado — 1930, 1932 e 1964 — com um saldo sinistro para o Brasil, de 37 anos de ditaduras, 50 anos de atraso tecnológico e cultural e uma dívida social alarmante".

Durante os três dias em que o cartaz esteve afixado em áreas próximas do plenário, parlamentares de Minas procuravam identificar sua origem e entre as especulações surgidas, alguns deputados mineiros chegaram a levantar a hipótese de "ser coisa dos paulistas", como observou o deputado Carlos Mosconi", do



Arquivo 21/09/87



Arquivo 02/10/87



Arquivo 15/05/87



Arquivo 13/03/87

Scalco, Lula, Brandão e Lourenço pediram a transferência da sessão

## Na pauta, o direito de greve

A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte terá novamente, nesta semana, o confronto entre as correntes progressistas e conservadoras, quando deverá ser votada a liberdade sindical e o direito de greve, respectivamente os artigos 9º e 10 do capítulo II, dos direitos sociais.

Para isto, os constituintes terão que apressar o processo de votação da estabilidade no emprego, com os 150 destaques que ainda faltam para encerrar o artigo 6º.

O artigo 7º, que assegura à categoria dos trabalhadores domésticos igualdades de direitos às demais categorias, inclusive a integração à Previdência Social, não terá muitos obstáculos para sua aprovação, pois apenas dez destaques foram apresentados. Também o artigo 8º, que considera o produtor rural e o pescador artesanal, para efeitos da Previdência Social, segurados autônomos, não encontrará dificuldades para sua aprovação, pois apenas 15 destaques serão apreciados.

Mas, a livre associação profissional ou sindical, prevista pelo artigo 9º, com seus nove parágrafos e 120 destaques, será a atração da Sistematização nestes primeiros dias da semana. A intervenção ou interferência do Poder Público na organização sindical fica proibida, mas os conservadores pretendem reverter este texto, assim como a manutenção da contribuição sindical, que para muitos parlamentares precisa ser opcional.

Já o artigo 10º, com seus dois parágrafos e 25 destaques, deter-

mina o direito de greve e a proibição do locaute, ou seja, iniciativa de paralisação do setor patronal. Esta polêmica questão também promete esquentar as votações da Sistematização, pois até o momento esta matéria não conseguiu obter consenso entre os defensores do empregado e do empregador.

O cronograma das votações permanece inalterado de segunda às quintas-feiras, de 14h30 às 20h30; às sextas-feiras, de 09h00 às 13h00, e das 15h00 às 20h00; aos sábados, sessão única, de 09h00 às 13h00 com a possibilidade de serem prorrogadas.

O Senado Federal confirmou sessão extraordinária para esta terça-feira (13) às 10h00 da manhã, para apreciação de vários empréstimos e financiamentos a municípios carentes do País. Mas, o senador Roberto Campos (PDS-MT) enviou requerimento solicitando o desarquivamento de cinco projetos de lei de sua autoria, entre eles o que estabelece a livre negociação salarial; que cria contratos de trabalho simplificado para facilitar novos empregos; que autoriza a delegação de atividades da Previdência Social em empresas privadas e o que favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.

O senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) solicita a composição de uma comissão especial, formada por cinco diplomados em medicina, para, no prazo de 30 dias, realizar estudos e levantamentos sobre as ocorrências recentemente verificadas em Goiânia, relativas à contaminação de pessoas por substâncias radioativas.

deputado Francisco Humberto, da bancada do PDT, autor da proposta de criação do Estado do Triângulo. Humberto esteve sob suspeita de ser autor da "provocação" porque o cartaz mostra o atual Estado dividido em três partes: Minas (reduzido à metade), o São Francisco e o Triângulo.

### Repúdio

Embora praticamente não haja nenhuma chance de aprovação do Estado do Triângulo, o deputado pedetista mostrava-se preocupado com a possibilidade de o cartaz atrair a reação de constituintes conservadores de todo o País contra a sua proposta, e por isso emitiu uma "nota de repúdio" em que afirma: "Não podemos aceitar que argumentos como os contidos nos cartazes espalhados pelos corredores desta Casa possam denegrir a imagem e a campanha honesta e limpa que estamos desenvolvendo. Somos, sim, a favor do Estado do Triângulo, da criação de novos estados, de uma redivisão territorial do País, sem que isto possa servir como ponto de insulto ou ofensa a qualquer unidade federativa".

Devido ao atropelamento do calendário e às regras previstas no Regimento Interno, a Assembléia Nacional Constituinte possibilitou que 466 parlamentares entrassem em momentâneas "férias coletivas" desde o último dia 26. Esta espécie de antecipação do recesso parlamentar ocorre em virtude destes constituintes estarem fora do processo de votação do projeto de Constituição, restrito nesta fase aos 93 titulares da Comissão de Sistematização.

As próprias sessões conjuntas do Congresso Nacional — realizadas às segundas-feiras — estão suspensas temporariamente em razão da constante falta de "quorum" e compatibilização de horário com os trabalhos da Sistematização. A última sessão do Senado Federal dia seis de setembro, por exemplo, sequer foi aberta por falta de parlamentares e a da Câmara dos Deputados, ontem, contou com a presença mínima de 20 deputados no momento mais quente do "pinga-fogo".

O peculiar motivo da ausência do parlamentar é sempre o mesmo: consulta às bases. Mas será mesmo? O senador Roberto Campos (PDS-MT), está desde o final de setembro realizando conferências e encontros nas principais universidades e faculdades dos Estados Unidos, com previsão de retorno só depois do dia 20 próximo. O deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) deixou Brasília há seis dias com destino ignorado. No gabinete do parlamentar, o assessor não sabe localizar o deputado. Mas os sinais desta "evasão parlamentar" são facilmente percebidos. Basta um pequeno passeio pelos anexos III e IV, onde está localizado o maior número de gabinetes dos constituintes, para constatar os gabinetes fechados e muito silêncio.

### Ilusão

"Sempre existirá o carregador de piano e o que apenas ouve o concerto". O comentário é da deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), defensora do funcionamento normal do Congresso, Câmara e Senado paralelamente aos trabalhos constituintes, para quem estas férias forçadas só interessam ao Governo Federal. Segundo a parlamentar, o Executivo tem governado à revelia da opinião do legislativo, "que se mantém anestesiado pela soberania da Constituinte", ironizou.

O eleitorado, para a deputada carioca, deve se manter vigilante para a atuação dos congressistas, pois um bom trabalho não é só aquele de aparecer diariamente, em entrevistas seja na televisão ou no rádio. "Fazer a Constituição não é defender lobby, é lutar por um País melhor e por uma sociedade mais justa", disse.

## Com ausências, suplentes atuam

O privilégio de votar na Comissão de Sistematização o projeto de Constituição tem revelado dois tipos de parlamentares: o atuante e o desinteressado. Das 76 sessões de votação já realizadas, nenhuma alcançou quorum total dos titulares, valorizando a cada dia a disputa pelas vagas da suplência na Sistematização.

A briga mais acirrada pelo voto de suplente fica sempre reservada entre os deputados petistas José Genoino, os peemedebistas José Tavares, Otávio Elísio, Albano Franco, Marcos Lima, Israel Pinheiro, Antônio Mariz, os pedessistas Adylson Motta, Bonifácio Andrada, os pefelistas Ricardo Izar e Enoc Vieira e o pedetista Luis Salomão.

Na listagem dos parlamentares (titulares) mais ausentes às sessões de votação na Sistematização figuram: os senadores Alfredo Campos e Almir Gabriel, além dos deputados João Herman, José Freire, Manoel Moreira, Cid Carvalho, Celso Dourado, Theodoro Mendes, Milton Reis, José Ulysses de Oliveira e Antonio Farias.

O PMDB tem 49 das 93 vagas na Comissão de Sistematização, além do livreto de 28 suplentes. Já o PFL tem 24 titulares e 12 suplentes; PDS com seis e três; PDT com três e dois; PTB com três e um; PT com dois e um e o PL, PDC, PC do B, PCB e PSB, todos com o titular e um suplente.